

Aspectos políticos da Idade média: articulações de poder a partir da obra *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d'Arc (987-1460)* de Georges Duby

Vítor Mateus Viebrantz¹, UPF

Resumo

No período situado entre os séculos X-XV, as relações de poder na Europa ocidental se encontravam inseridas em um complexo de articulações e desdobramentos. Em *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d'Arc (987-1460)*, Georges Duby (1992) investiga a trajetória e as especificidades das expressões do poder a partir do exemplo da França feudal, percebendo suas repercussões nos diversos domínios humanos e políticos. Partindo da obra citada, o artigo analisa o arcabouço da organização política medieval a partir de quatro características indicadas por Duby: as dimensões doméstica e sagrada do poder e seu carácter masculino e fragmentado. Associam-se a obra outras bibliografias para viabilizar um horizonte de compreensão das possibilidades e circunstâncias do poder na época medieval. A abordagem metodológica utilizada é revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Política; Poder; Feudalismo.

Abstract

In the period situated as the 10th - 13th centuries, the power relations in western Europe were inserted in a complex of articulations and unfoldings. In *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d'Arc (987-1460)*, Georges Duby (1992) investigates the trajectory and specificities of expressions of power as of on the example of feudal France, realizing its repercussions in the various human and political domains. Correlating with the oeuvre cited, the article analyzes the framework of medieval political organization as of four characteristics indicated by Duby: the domestic and sacred dimensions of power and its masculine and fragmented character. Other bibliographies are associated with the oeuvre to make viable a horizon of understanding the possibilities and circumstances of power in medieval period. The methodological approach used is bibliographic review.

Keywords: Politics; Power; Feudalism.

Introdução

Compreender como surgiu gradativamente o Estado feudal e como os poderes políticos medievais se articulavam é o que o historiador Georges Duby se propõe analisar na sua obra *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d'Arc (987-1460)*, publicada no Brasil em 1992. Para isso, o autor faz um recorte histórico, entre o fim do século X e metade do século XV, analisando o território do que hoje é a França para descrever tal processo.

Duby indica:

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: vitormateusviebrantz@gmail.com.

Ao se aproximar do ano mil, na vasta extensão de terra que estudo, o homem ainda é raro, pobremente equipado, e continua surpreendentemente rude; [...] E, no entanto, um movimento em profundidade, lento, ainda pouco discernível, vem aumentando há algumas gerações a população do campo. É também ele que incita, nos mosteiros e junto às catedrais, ao aproveitamento da rica herança cultural legada pelo Renascimento carolíngio; valendo-se dos escritos antigos que ele salvou do aniquilamento e dos comentários que então suscitaram, os estudiosos sonham em remodelar a sociedade de acordo com a vontade de Deus. **Esse impulso progressista, cada vez mais vivo, tira essas regiões da selvageria, apontando-as cada vez mais claramente ao olhar do historiador. Este, no entanto, terá enorme dificuldade, até o limiar do século XIII, em discernir o que eram os poderes e como se articulavam** (1992, p. 12, grifo nosso).

Percebendo a complexidade do longo período histórico em análise, entre os séculos X e XV, Duby (1992) está considerando as mudanças no interior da vida medieval que se relacionam diretamente com as nuances do político. O momento em questão é multifacetado e as ações dos sujeitos vão se marcando entre continuidades e descontinuidades. São novas e reformadas práticas no cotidiano, nas relações sociais, nas sensibilidades, como o uso de roupas de baixo, os laços da vassalagem, o gosto por cores brilhantes e coloridas, pela magia (LE GOFF, 2005, p. 325²).

Ocorre também uma expansão na infraestrutura religiosa, nas ordens e organização do clero católico (RUST, 2011). Nessa expansão, os contatos entre as diversas interpretações pagãs também influenciam as interpretações do cristianismo, gerando conflitos e acomodações dentro do imaginário religioso, entre amuletos, filtros, fórmulas, relíquias, sacramentos, preces (LE GOFF, 2005). O desenvolvimento de hábitos cortesões, também vai dinamizando as relações entre homens e mulheres, na sexualidade, no casamento, nas paixões (DUBY, 1992).

Novas tecnologias são conhecidas. Paulatinamente há um crescimento demográfico, uma ampliação da agricultura e sua passagem de agricultura dominial para senhorial. Ocorre uma tímida reorganização das cidades e das feiras, há um crescimento da produção e revigoramento do comércio, consequência da existência de excedentes agrícolas (LE GOFF, 1991) e da “feudo-clericalização” (FRANCO JR., 2001, p. 17).

Situado nessa multiplicidade, o panorama político também está em vicissitude, se estabelecendo nos desdobramentos de marcas e prolongamentos específicos: o poder era de natureza doméstica, estava ligado ao sagrado, era exercido por homens e nenhum se constituía absoluto (DUBY, 1992, p. 13).

² O ano da publicação original de *A civilização do ocidente medieval*, do historiador francês Jacques Le Goff, é 1964. Utilizamos o exemplar publicado pela editora Edusc, traduzido por José R. Macedo, publicado em 2005.

Analisando as articulações do campo político do recorte temporal em questão, viabiliza-se compreender com maior fôlego os processos históricos posteriores, principalmente os relacionados as continuidades e discontinuidades políticas. Nesse sentido, Kritsch (2004) analisa alguns elementos do processo de constituição do Estado moderno nos séculos finais do medievo, da consolidação dos poderes nacionalistas (como no caso da França), das monarquias absolutistas e da noção de soberania.³

A partir de características específicas indicadas no trabalho de Duby (1992, p. 13), pretende-se analisar, através da revisão bibliográfica, o arcabouço da organização política medieval, associando outras bibliografias, para viabilizar um horizonte de compreensão das possibilidades e circunstâncias do poder no período medieval. Na primeira parte do texto é discutida a problemática das fontes no estudo sobre a Idade Média. Em seguida, são abordadas as quatro características, mediante aportes de bibliografias historiográficas clássicas e recentes, nas suas considerações e compreensões do período.

Carência de fontes sobre política na Idade Média

Construir uma narrativa sobre o passado requer, entre outras coisas, a existência de fontes históricas, que

[são] tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano. Neste sentido, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador (BARROS, 2012, p. 130).

Elas viabilizarão, junto da análise, crítica, interpretação, a produção de conhecimento acerca de processos históricos humanos, pelos historiadores. Para o período medieval em análise (séculos X-XV) a gama de fontes históricas é limitada, principalmente as fontes escritas. Diante disso, Duby (1992) reporta a dificuldade em identificar os poderes políticos e como eles se articulavam, já que como ele aponta pouco se escrevia e “todo poder exercia-se sobretudo pela palavra e pelo gesto” (p. 12). Essas questões são consequência e causa, já que a alfabetização era extremamente limitada à

³ Confira FERNANDEZ, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. *História (São Paulo)* [online]. São Paulo, v. 28, n. 2, nov. 2009, p. 43-55.

alguns clérigos e pouquíssimos homens e mulheres. Logo, a personalidade e o falar eram centrais nas relações, sendo o escrever cerceado.

Também Le Goff, analisando o ocidente medieval, aponta essa da palavra e do gesto sobre o escrito:

Neste mundo em que os gestos litúrgicos e o asceticismo, a força física e o aspecto corporal, a comunicação oral e a lenta valorização do trabalho contavam tanto, **era importante conferir valor, além do escrito, à palavra e ao gesto**” (2005, p. 14, grifo nosso).

Como apontado pelo historiador, com a comunicação e a expressão corporal como centrais, as fontes históricas documentais escritas são reduzidas no período. Aquelas que encontram estão sob impasses: seus vocabulários são inflexíveis, não se adaptam às mudanças e foram, na maioria das vezes, escritas por eruditos, operando a favor daquilo que acreditavam, além disso as mudanças linguísticas ao longo do período nas regiões da Europa Ocidental, conferiam transformações nos próprios significados das palavras, alteravam pronúncias, as características léxicas e de escrita (DUBY, 1992, p. 12).

Para mais, preocupados com a escrita elegante e retórica, os documentos remanescentes do período possuem uma linguagem rebuscada, inclinada ao pedantismo, com a finalidade de, muitas vezes, mascarar a realidade (DUBY, 1992, p. 12). Como apontado por Le Goff: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (1990, p. 536). E assim, não são produzidos inconscientemente, estão assediados em um contexto e interesse específico, de um grupo ou de um sujeito que estão associados ao poder.

Em relação ao período em análise, maior parte do que se produzia estava atrelado a um seleto grupo de pessoas consideradas eruditas, das quais faziam parte, quase em sua totalidade, homens da Igreja e funcionários dos Estados. Esses eram defensores de suas prerrogativas, minimizando as forças leigas, deliberando suas posições e ideologias e “escrevendo no calor do combate, tais homens deformavam os fatos, conscientemente ou não” (DUBY, 1992, p. 12). E, nesse sentido, o documento assume função de monumento – documento-monumento (LE GOFF, 1990) – sendo produto do esforço dos detentores do poder para perpetuar ao futuro impressões de suas experiências, mesmo que isso signifique realizar apagamentos e distorções.

Em relação as produções historiográficas sobre o período, Néri Almeida (2010) faz uma interessante revisão das características que a historiografia e historiadores de

cada época incorporaram ao período. Na conclusão de seu artigo, centraliza a questão das rupturas no plano do poder e a necessidade de um contínuo questionamento acerca do assunto, a fim de tentar constituir, com maiores detalhes, as especificidades do poder político no período em questão. Ela adverte:

Para fazê-lo é evidentemente fundamental o abandono do uso isolado do referencial dado pelos valores políticos modernos, bem como a crítica dos documentos medievais para que se possa também compreender, por meio dos critérios que esses historiadores utilizaram para escrever a história medieval, em que medida eles podem ser úteis à reformulação dos recursos que empregamos para a análise do período (ALMEIDA, 2010, p. 70).

Desta forma, como apontado por ela, para a construção de uma compreensão sobre o período, ao investigar as fontes – principalmente documentais – e a produção historiográfica, demanda-se problematizar e analisar os referenciais e os contextos das produções tanto primárias quanto secundárias.

Natureza doméstica do poder

No território da atual França, no período em questão, as formações políticas possuíam uma característica singular. Eram constituídas e organizadas como uma casa: o poder tinha natureza doméstica. Sintoma disso é a correlação entre as palavras que designam sede dos poderes e o vocabulário doméstico, que persistem inclusive até hoje, como por exemplo as palavras “câmara” e “sala”. Como descreve Duby:

Todo poder emana ainda de uma casa, de um *hotel*, de um *oustau* (grande mansão), da sede onde toma assento o chefe da família, para administrar como o conselho dos seus os interesses de uma comunidade que congrega vivos e mortos; e seus alicerces repousam necessariamente na convivialidade, na amizade, na troca de serviços entre homens ligados pelo sangue, por aliança ou pelo parentesco simbólico criado pelos gestos de homenagem (DUBY, 1992, p. 279).

Como apontado pelo historiador, os próprios espaços domésticos assumem o simbolismo do poder, por serem o ambiente material sede do poder e por neles ocorrerem as manifestações desse poder: era nos recintos da casa onde o pai, chefe da hierarquia doméstica, também chefe do grupo, clã, descendentes, fazia suas comunicações e ordenações, sucedendo-se ali o tangível do poder, pela palavra, pela gesticulação.

E essa hierarquização doméstica, onde o pai era o alto do potentado, é o espaço onde também se desenvolvem as relações de desigualdade: filhos e esposa estão sob o jugo do poder paterno (do homem) e, juntos deles, também estavam os outros homens

que lhe fizeram votos, as mulheres e crianças desses. Dessa forma, o pai é o responsável, protetor e sustentador, bem como detentor do poder, das decisões e sentenças.

A partir dessa configuração doméstica do poder, nas salas e câmaras, na casa dos sujeitos, as hierarquias mais regionais do poder (senhor feudal), as estruturas nobiliárquicas, as cortes reais e imperiais vão se conformando (DUBY, 1992). Essa propriedade doméstica contínua desde o feudo ao castelo real é fundamental para amalgamar as tessituras políticas.

Como no espaço doméstico, o jogo do poder se manifestava sobretudo pelos gestos e expressões, a feitura do político também se manifestava pelo tomar, soltar, reter, conquistar, prometer, abraçar, ajoelhar, curvar-se (DUBY, 1992). A prestação da homenagem, cerimônia essencial das relações sociais e políticas medievais, previa que o homem que iria jurar sua fidelidade ao senhor, seguiria um rito, no qual destacavam-se o contato corporal e expressões de contiguidade:

O vassalo colocava suas mãos, juntas, nas do senhor, que as fechava com as suas, e expressava sua vontade de entregar-se recorrendo a uma fórmula do tipo: “Senhor, passo a ser vosso homem”. Em seguida, pronunciava um juramento de fidelidade, garantindo-lhe sua fé e podia-se ainda acrescentar, como na França, o beijo que o transformava num “homem de boca e de mãos” (LE GOFF, 2005, p. 84).

Como narrado acima, fica exposta a conexão entre a expressão corporal e a perspectiva do poder, presente na autoridade do senhor, no pai, aquele que recebe a promessa. O vassalo, a partir daquele momento, assume função de delegado do poder senhorial: participar das assembleias reunidas pelo senhor, distribuir a justiça em seu nome, ajudá-lo militarmente e colaborar com a administração. Esse círculo em torno do poder doméstico tendia a se expandir, juntamente com o poder, cabendo ao chefe da família fortalecer-se, angariar riquezas e aumentar o número de pessoas ao seu jugo, pelos laços de homenagem e pela reprodução, nos âmbitos do caráter hereditário do poder (DUBY, 1992).

Quando da morte do pai, o filho mais velho, antes submisso, assume esse poder. Agora estando acima de sua mãe, esposa e filhos, dá continuidade ao poder já estabelecido. “O que assegurava o domínio crescente [...] era a hereditariedade deste – peça essencial do sistema feudal. Tal evolução [hereditariedade do poder] se produziu cedo na França, do século X ao princípio do século XII” (LE GOFF, 2005, p. 85). Como indicado pelo historiador, se convergiu para o estabelecimento gradual da ideia de que o poder é transmitido por procriação: pelo sangue se transmite valores, carismas, direitos e

privilégios (DUBY, 1992; LE GOFF, 2005), tornando o sexo “um pecado menor, na medida em que garante a transmissão dos poderes, ou seja, a ordem do mundo” (DUBY, 1992, p. 14). Assim, dentro dos limites do doméstico, o poder se gerava (sexo), gestava (comunicação e gesticulação) e se perpetuava (hereditariedade do poder), viabilizando a continuação política dos compromissos e relações.

O poder imperial/real também se pautava nesta domesticidade do poder, sendo impelido ao monarca a tarefa de hospedar, alimentar e educar, em seu palácio, os jovens filhos de nobres e pessoas influentes, transformando sua casa em uma escola (DUBY, 1992). Destarte,

espera-se que ele [vínculo] durará, continuando a unir aos “velhos”, ao *sênior*, chefe da casa, os jovens que nela receberam o alimento do espírito e do corpo e que agora detêm um encargo público, um honor, como dizem os textos latinos. Esta honra confere-lhes o direito de comandar, de se dizerem “senhores” (*dominus*) dos homens que têm por missão dirigir (DUBY, 1992, p. 27).

Da formação palaciana saíram bispos (ordem sacerdotal), chefes de guerra (militares) e sujeitos que ajudarão instituir a justiça e manter a ordem monárquica. Construindo assim, pela educação desses jovens, um vínculo de afeto e reverência, fundamentais nas relações políticas estabelecidas (DUBY, 1992).

Estando as diversas formas de poder político estruturadas semelhantes à uma casa, onde “o poder, ainda que se estendendo por uma vasta província, só era concebível sob a forma de um patrimônio transmitido de uma geração a outra de consanguíneos” (DUBY, 1992, p. 14), pode-se indicar, a partir do analisado, a natureza doméstica do poder, manifesta pela figura paterna, o chefe da casa e das relações consequentes, nas diversas esferas e camadas da política e sociedade feudal.

O poder estava mergulhado no sagrado

A condição de autoridade e poder expressa no âmbito doméstico, mergulhava, no período em questão, no sagrado: ligado a Deus, aclamado nas igrejas pelos sacerdotes. Tanto o poder vinculado aos príncipes, quanto ao poder dos senhores, dos pais, dos nobres estava atrelado ao poder divino. Ou seja, na maior ou menor hierarquia política o poder se atrelava à mística religiosa do sagrado (DUBY, 1992; BLOCH, 2014⁴).

⁴ O ano da publicação original de *A Sociedade Feudal*, do historiador francês Marc Bloch é 1939. Utilizamos o exemplar da editora Edições 70, traduzido por Liz Silva, publicado em 2014.

A presença dos valores cristãos na vida de homens e mulheres, nas suas manifestações diárias e inclusive nas relações mais íntimas, corroborava para resignar-se com sua realidade política. Os ensinamentos vindos da Igreja persuadiam os mais pobres aos mais privilegiados a aceder com as estruturas hierárquicas, nobiliárquicas, reais, imperiais, senhoriais, que estavam ligadas a proposta hierárquica da própria catolicidade. Assim,

tal sistema operava com a colaboração entre a hierarquia temporal e a hierarquia espiritual. A primeira assentava-se nas relações de suserania e vassalagem do regime feudal [...]. A segunda era a da Igreja Católica: os sacerdotes, os chefes religiosos das abadias, os bispos e, sobre o topo da pirâmide, estava o Papa, que exercia jurisdição plena todos os fiéis e pastores (BARNABÉ, 2010, p. 153).

Destarte, toda essa estruturação hierárquica se legitima através dos prolongamentos do influxo do religioso no cotidiano e nas experiências dos sujeitos. Como indica Aline Coutrot (1996, p. 334) os ensinamentos religiosos não se limitam apenas a cultura do sagrado mas a diversas atitudes e domínios da vida humana, regulamentando “uma moral individual e coletiva a ser aplicada [...], julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência os fiéis se submeter a eles. [...]” (COUTROT, 1996, p. 334). Como afirma a autora, os ensinamentos religiosos não delimitam somente o sacro, mas molduram os caminhos sociais, econômicos, culturais e político. Assim, nessa relação bilateral, “o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso” (COUTROT, 1996, p. 335). Ou seja, o elemento religioso permeia o político, que também influencia os contornos do religioso. No contexto medieval em análise, o cristianismo católico influenciava na mentalidade, cultura, atitudes e ações dos homens mais simples, submissos hierarquicamente, como também regia a vida dos “senhores”.

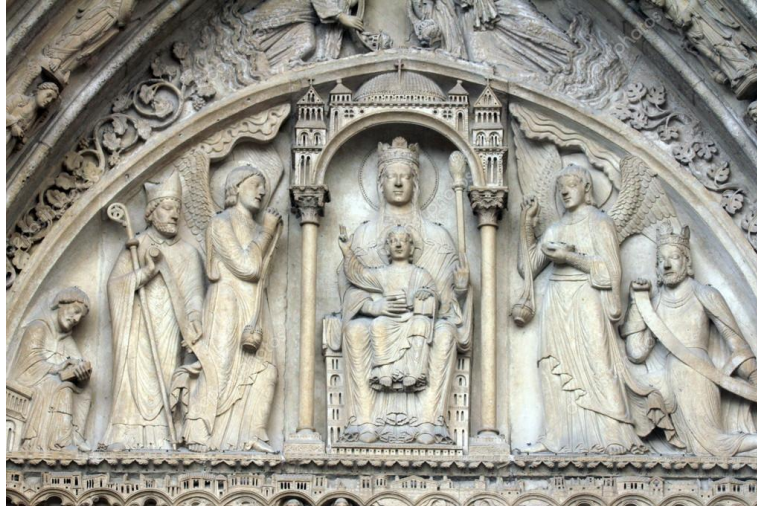
Também foram escopo das ingerências do sagrado os príncipes e imperadores. Essa pressão via Igreja Católica Apostólica Romana atendia inicialmente a intenção de atingir as ideias de Santo Agostinho (354-430) da “cidade de Deus” (FRANCO JR., 2001) e mais tarde numa tentativa hierocrática na Europa (KRITSCH, 2010), à qual, todavia, desde Carlos Magno, os príncipes e imperadores não aquiesceram (BIBIANI; TÔRRES, 2002).

A disputa entre o poder temporal e espiritual incidiu em uma longa série de confrontos entre a Igreja e os príncipes. Como aponta Barros (2009, p. 71): “papado e império, [...] constituíram dois projetos universalistas [de] simultânea interdependência e

concorrência”. Na tentativa de se impor, a Igreja, ocupava-se da justificativa de ser representante oficial da fé no mundo. Os príncipes também se diziam investidos de tal divindade. Ou seja, para ambos era o sagrado que legitimava o poder.

Georges Duby reporta sobre uma imagem da coroação da Virgem, esculpida em 1190, no portal da catedral de Sinlis e que mais tarde reaparece em Notre-Dame, em Paris. Nela, vê-se à esquerda Luís VII ajoelhado e, à direita, um bispo de pé que se sobressai.

Fotografia 1 - Portal de Sant'Ana, na Igreja de Notre-Dame em Paris, França.



Disponível em: <https://st.depositphotos.com/1005381/1807/i/950/depositphotos_18072585-stock-photo-virgin-and-child-on-a.jpg>. Acesso em: 18/10/2018.

Como o autor reflete “o que assim vemos encenado face ao povo é o sucesso dos reformadores eclesiásticos que haviam garantido a superioridade do espiritual sobre o temporal” (DUBY, 1992, p. 221). E foi esta a condição no reinado de Luís VII, onde a realeza teve de subordinar-se a Igreja romana.

O projeto do início do século X, assegurava à Igreja a superioridade: não poderia sujeitar-se ao poder temporal. Assim,

um reto princípio [...] passou a pulsar no espírito gregoriano como missão de vida: cabia aos clérigos garantir que seu entendimento sobre os assuntos terrenos fosse reconhecido como a verdade a respeito dos homens e do mundo (RUST, 2013, p. 79)

A partir deste princípio os clérigos deveriam ser partícipes do poder, sendo juristas e orientadores. Os bispos carolíngios escreviam aos chefes exortações morais para que contemplassem Deus e mostrassem assim, aos súditos, uma aparência ideal e exemplar, para que eles como filhos reproduzissem as ações paternas (DUBY, 1992). Os que exerciam poder deviam encaminhar à salvação todos que conduziam, pois, o divino os encarregou de uma parte do seu povo. Como apontado por Bloch (2014, p. 480), dos três deveres fundamentais cabidos ao rei, barões e nobiliárquicos o primeiro era o de assegurar

a salvação espiritual do seu povo. Contribuindo com a difusão das palavras do Evangelho, combatendo fés errôneas, desvios e fazendo reinar a justiça e a paz, reflexo da divina e perfeita sociedade celeste (BLOCH, 2014).

O projeto de dominação do papado, se desenrolou desde as reformas eclesiásticas efetuadas pelo papa Gregório VII⁵ (1073-1085), instituindo um novo código eclesiástico afim de combater as práticas do nicolaísmo e da simonia (KRISTH, 2010; RUST, 2011). As medidas se chocaram com os interesses do imperador Henrique IV (1056-1106), dando lugar a questão das Investiduras que “só estaria definitivamente resolvida em 1122, com a Concordata de Worms” (BARROS, 2009, p. 64). Mais tarde, Inocêncio III (1198-1216), “avançava na construção dos pilares de uma teoria hierocrática do poder quando conferia à Igreja o papel de sede última de legitimação do poder temporal, a partir de seus próprios critérios políticos e morais” (KRISTH, 2010, p. 268), ou seja, o pontífice seguia no dando os encaminhamentos para a consolidação do projeto papal de controle político. Assim, os afrontamentos pela disputa do poder vão compor um processo de dissidências entre Igreja e príncipes ao longo do período medievo e além, sendo mais tarde pano de fundo para os processos de consolidação entre as monarquias nacionais vindouras.

Outra característica da presença do sagrado no poder são as jurisdições vigentes, que também eram de cunho confessional e estavam intimamente ligadas ao religioso. Segundo Inácio e Luca haviam duas leis vigente no período: a eterna “equivalente a razão de Deus, o plano eterno da divina sabedoria que ordena toda criação” (1988, p. 75) e a natural, “reflexo da razão divina nas coisas criadas e que se manifesta na inclinação de buscar o bem e evitar o mal” (INÁCIO; LUCCA, 1988, p. 75). Estas categorias de legislação indicadas pelas autoras buscam ordenar o espaço social e político, conectando-o a dimensão divina, fazendo-a linguagem jurisdicional.

A inserção do sagrado no poder político também se fazer na presença de “homens da Igreja no próprio seio da domesticidade” (DUBY, 1992, p. 15): como já analisamos, o político está ligado às relações domésticas. O sagrado, nas suas conexões com o político, também se manifesta nesse espaço: nas casas dos senhores mais abastados residiam grupos de sacerdotes, participando da vida cotidiana, de conflitos, do material e do carnal (DUBY, 1992). Em relação a este último, desejando estabelecer sacralidade na “instituição profana” (DUBY, 1992) que era o casamento, e, conseqüentemente controlar

⁵ Um trabalho com grande fôlego sobre o assunto está em RUST, Leandro D. **Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central**. São Paulo: Annablume, 2011.

as relações de hereditariedade do poder, a jurisdição matrimonial passou para as mãos dos padres (DUBY, 1992; FRANCO JR., 2001).

Também durante a homenagem, uma das cerimônias mais significativas social e politicamente entre os medievais, o elemento religioso se manifestava: um rito sacramental unia os homens, “o juramento, num compromisso de fé, contraído por um gesto religioso – a mão pousada num objeto sagrado, o livro santo, a cruz, um relicário – , por uma fórmula religiosa (‘que Deus me ajude’)” (DUBY, 1992, p. 15), esses elementos e performance religiosa descritos pelos autor davam consistência ao ritual, fazendo com que essa relação de poder se tornasse pertencente ao campo do sagrado. Como o juramento era “feito sobre a *Bíblia* ou relíquias de santos [...]” (FRANCO JR., 2001, p. 92), desrespeitar esses laços seria infringir esses bens cristãos e todo seu significado hierático, o que configuraria pecar gravemente contra a fé, provocando a ira celeste.

Ao analisar a inserção do sagrado no político, percebemos que o cristianismo e os agentes da Igreja participaram da construção do tecido que viabilizou a materialização das relações de poder político no período relacionado (KRISTH, 2010). Mergulhadas no sagrado, as relações recíprocas do poder baseavam-se no divino para se perpetuar e organizar, até suas manifestações mais simples assumiam características litúrgicas. Além disso, o viés religioso operou diversos conflitos envolvendo império e papado, protagonizando disputas pelo poder entre o temporal (monarcas, nobres e senhores feudais) e religiosos.

O carácter masculino do poder

No período e espaço em análise, publicamente, o poder era um atributo exclusivo aos homens. Para compreender essa especificidade, deve-se perceber que:

na Idade média não se concebe a ordem sem a hierarquia. A construção do masculino/feminino respeita esta noção e se esforça em articular entre eles os dois princípios da polaridade e da superposição hierarquizada, quer dizer, uma classificação binária e horizontal, fundamentada na oposição, e uma interdependência vertical entre categorias. Desta difícil combinação resulta uma imagem negativa e inferior do feminino na sua relação com o masculino (KAPLISCH-ZUBER, 2006, p. 139).

Partindo da premissa hierárquica indicada pela autora observa-se que na dinâmica do poder: sendo ele de carácter doméstico, vê-se os homens chefiando as casas e, se ele estava mergulhado no sagrado, vê-se os homens sendo os únicos aptos a serem sacerdotes da Igreja Católica. Ou seja, o feminino estava inviabilizado de assumir o poder, assim se obstruía a ideia do poder no feminino.

Duby indica que:

Todos os responsáveis pelo destino familiar [e do poder], isto é, todos os homens que detêm algum direito sobre o patrimônio e, à frente deles, o mais velho, a quem aconselham e que fala em nome deles, consideram conseqüentemente como seu direito principal casar os jovens e casá-los bem (DUBY, 1989, p. 15).

O casamento também era uma instituição de ordenamento masculino, já que algumas mulheres traziam no sangue poder: eram filhas, herdeiras de poderes, riquezas e desposá-las significava tomar seu corpo e, simultaneamente, o poder que era depositado nele, que congregava mais poderio (DUBY, 1989).

Na sexualidade também se manifesta o caráter masculino do poder: o homem normalmente não se restringia às relações conjugais: “numerosos indícios atestam o vasto e ostensivo desenvolvimento do concubinato, dos amores ancilares [sic] e da prostituição, assim como a exaltação, no sistema de valores, das proezas da virilidade” (DUBY, 1989, p. 17). Como apontado pelo historiador, apesar da moralidade aceita e, ilusoriamente respeitada, que colocava ao homem satisfazer-se apenas com sua esposa, os homens detentores do poder mantinham relacionamentos para além de seus matrimônios, o que para eles significava enaltecimento. Divergentemente, como apontado pelo mesmo historiador (1989, p. 17), das mulheres esperava-se a virgindade antes do casamento e da esposa, fidelidade, para evitar o ingresso de “sangue intruso” no quadro da família. O que também representava uma expressão de poder do masculino sobre o feminino na sexualidade.

A partir do discurso religioso, fundado na narrativa bíblica da criação e do pecado original, onde Deus teria criado a mulher a partir de partes do primeiro homem e da desobediência dela em comer o fruto proibido (PIRES, 2016; KAPLISCH-ZUBER, 2006), os clérigos proclamavam que somente aos homens Deus havia conferido o poder.

Pires (2016) analisa esses estereótipos construídos em relação as mulheres no medievo a partir das justificativas religiosas. Em relação a elas ele afirma:

Com todo o esforço da construção de uma identidade feminina que colocasse as mulheres numa condição inferior à que foi delimitada aos homens, a Igreja e seus teólogos conseguiram também justificar e operacionalizar uma intensa vigilância e perseguição sistemática a todos aqueles que não se enquadravam de alguma forma nos dogmas da Igreja, direcionada, em certo período, principalmente às mulheres (PIRES, 2016, p. 140).

Assim, a partir dessa construção da identidade feminina não dotada de poder, não era concebível uma mulher empunhar uma espada e conseqüentemente que atuasse nas questões de justiça e paz. Também lhes eram negados solenizar o sacrifício divino, excluindo assim elas da vida sacerdotal (PIRES, 2016; DUBY, 1992; LE GOFF, 2005).

Todavia, mesmo diante de um contexto histórico de relações religiosas, sociais, culturais e políticas que privilegiavam ao homem, deve-se perceber a autonomia e protagonismo das mulheres medievais, sua resistência e expressão por diversos canais que lhes conferiam formas de poder e de influência. “Se vasculharmos a construção do Pensamento Ocidental veremos que as mulheres sempre estiveram presentes, contribuindo indireta ou diretamente, seja como sujeito passivo ou ativo desta história” (COSTA; COSTA, 2019, p. 12). Simoni aponta que “sabe-se que muitas figuras femininas agiam de forma independente, administravam negócios, pagavam impostos, trabalhavam como professoras, escritoras, farmacêuticas, médicas, rainhas” (2010, p. 1) o que desmonta a hipótese da completa marginalização da mulher do medievo e indica a participação delas no trânsito das relações sociais, mesmo que diante das limitações constituídas.⁶

Georges Duby (1992, p. 221) narra sobre outra imagem, que também se encontra na Igreja de Notre-Dame, na França, e que é representativa acerca do contorno masculino de poder. A imagem, que fica no portal norte do templo, retrata a Jesus e sua mãe. Ambos estão sentados sobre o mesmo banco, ela se encontra a direita do filho. Jesus já está coroado e segura um emblema utilizado nas audiências solenes da dinastia dos Capeto (DUBY, 1992, p. 221). Na figura, Jesus assume dignidade real e ele, já coroado, vai coroar a mulher, Maria.

⁶ Ao longo do tempo foi aceita a alegação de que as mulheres medievais estiveram totalmente apartadas em um mundo dominado pelos homens. Contudo a tendência atual é a de revisão desse paradigma e a evidenciação da participação das mulheres nas relações humanas daquele período. Confira: COSTA, Marcos R. N.; COSTA, Rafael F. **Mulheres intelectuais na idade média**: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística. Porto Alegre: Fi, 2019 e SIMONI, Karine. De dama da escola de Salerno a figura legendária: Trotula de Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. **Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamento**. 23 a 26 de agosto de 2010.

Fotografia 2 - A coroação da Virgem, Igreja Notre-Dame em Paris, na França.



Disponível em: <<https://pt.depositphotos.com/18083015/stock-photo-coronation-of-the-virgin-mary.html>>. Acesso em: 18/10/2018.

O autor acrescenta que a “cena significa a predominância do masculino sobre o feminino, e que todo poder de mulher deriva do poder exercido por um homem, sendo dele uma delegação subalterna” (DUBY, 1992, p. 222). Na lógica religiosa cristã da época, por Cristo em sua passagem na Terra ter manifestado sua natureza masculina e ser o potentado da comunidade crente que constituiu, justifica-se aos homens o exercício do poder. Cabendo às mulheres, nessa lógica religiosa, o papel mariano de submissão, obediência e devoção (PIRES, 2016; DUBY, 1992).

Como analisado anteriormente, estando o poder ligado a naturezas doméstica e sagrada, encontra-se mergulhado em dois espaços de autoridade masculina e, conseqüentemente, o poder assume também carácter masculino: os homens na dinâmica social contraíam a articulação do poder. Além disso, a justificativa religiosa construída pelos clérigos a partir de passagens bíblicas contribuía para essa identidade feminina desprovida de poder (PIRES, 2016).

Nenhum poder conseguia impor-se de forma absoluta (ou hegemônica)

O poder político no período em questão, assumiu diversos contornos de corpo constituído, organizado e estabelecido. Todavia, ele não se fez absoluto. “Num mundo ainda extremamente vazio e selvagem, subsistiam sempre pelas bordas espaços ordenados de amplas extensões não domesticadas, ou seja, não organizadas como casas” (DUBY, 1992, p. 17). Como indicado pelo historiador, nas extensões dos poderes ainda haviam espaços e grupos que não se ligavam ao corpo político. Esse, estava pulverizado, rateado

entre príncipes e nobres que controlavam espaços, territórios, a justiça e a paz e essa característica de fragmentação viabilizou a sobrevivência dele.

A desintegração da unidade política é um processo onde o “[...] senhorio banal se uniria ao senhorio fundiário e se torna preponderante, subjugando os homens a seu poder” (ALMEIDA, 2010, p. 9). Como indicado pelo historiador, os homens vão se associando a homens mais fortes, os laços de vassalagem vão conferindo essa ligação e aquele que recebe esses votos domina e implementa o poder.

Conforme indica o francês Le Goff:

a história política do Ocidente medieval é especialmente complicada porque reflete o **extremo desmembramento em virtude da fragmentação** da economia e da sociedade, e do **monopólio dos poderes públicos pelos chefes de grupos mais ou menos isolados [...]**. A realidade do Ocidente medieval não está somente nesta atomização da sociedade do governo, está também **na confusão horizontal e vertical dos poderes**. Entre os múltiplos senhores, a Igreja e as igrejas, as cidades, os príncipes e reis, os homens da Idade Média nem sempre sabem de quem dependem politicamente (LE GOFF, 2005, p. 89, grifo nosso).

Esse “extremo desmembramento” indicado pelo autor está ligado aquela união indicada por Almeida (2010, p. 9), que faz com que sujeitos vão se conectando a outros sujeitos, que também se ligam a outros mais ou menos poderosos, no propósito de estabelecer relações de poder a seus interesses. Essa pluralidade de compromissos de um mesmo indivíduo, como aponta Le Goff, “[que] permite o jogo político no sistema feudal. Quase todo vassalo era homem de vários senhores. [...] lhe permitia muitas vezes oferecer uma fidelidade preferencial ao senhor que lhe fizesse a melhor oferta (2005, p. 85). São esses jogos de interesse e de relações complexas que comprimem o ordenamento político e de domínio, pelos diversos vínculos e segmentações, conformando a não absolutização total do poder.

Havia assim, pelo processo de “feudo-clericalização” (FRANCO JR., 2001), um despedaçamento das relações políticas, jurídicas, econômicas, sociais que estava alçado nas instituições das relações pessoais, nas homenagens, vassalagem-suserania.

[...] um dos traços comuns a todos os poderes é, se não, precisamente a sua fraqueza, pelo menos, o carácter intermitente da sua eficácia; [...] Já encontramos as razões principais desta falta de força: lentidão e dificuldades das comunicações; ausência de reservas em numerário; necessidade de um contato direto com os homens, para exercer uma verdadeira autoridade (BLOCH, 2014, p. 480).

Ou seja, além da dificuldade de comunicação – em função das principais manifestações se darem por meio de gestos e expressões corporais – o exercer real do poder se mitigava em função da complexa rede de relações entre os homens, tornando inviável a existência de um poder integral, vertical e centralizado.

Além disso, o poder estava associado a figura que o detinha e assim, ao final da vida dela, ele acabava por se esvaziar. Afirma Bloch, que nem a figura do rei conseguia se impor acima de um “sentimento familiar estritamente limitado” (2014, p. 481). Isto é: o poder, apesar de ter hereditariedade, era frágil, pois, como o mesmo autor esclarece, era difícil para os medievais “separar a imagem concreta do chefe [,] da ideia abstracta [sic] do poder” (BLOCH, 2014, p. 481). Evidenciando, destarte, a profunda volubilidade em que os poderes se constituíam, desde o imaginário e cotidiano das pessoas, até suas instituições mais concretas como a realeza.

Como discutimos entre os referenciais, os poderes políticos no período em questão se caracterizam por serem frágeis, fragmentados e marcados por relações pessoais de feio tendenciosos. Também agravavam essa condição as dificuldades em função da distância, isolamento e comunicação que alguns locais viviam. Provocando desta maneira uma desestruturação nas relações políticas, sem uma verticalização claramente definida e concreta.

Considerações finais

No período medieval entre os séculos X e XV, articulações nas tessituras sociais, religiosas e econômicas constituíram um horizonte de relações no arcabouço político. Suas dimensões estavam ligadas as relações domésticas, estando organizado nos auspícios delas, centrada na figura paterna e na hereditariedade do poder. Também, se encontrando mergulhado no sagrado, pela influência da Igreja Católica e se viu formar, sob o manto litúrgico, as relações jurídicas-políticas, praticadas no enredo de cerimônias e acordos sob tutela religiosa.

Além desses aspectos, o político tinha caráter masculino: eram os homens quem detinham o poder das instituições doméstica e religiosas. O paterno comandava a casa, a família e os ligados a ele. Os homens eram também sacerdotes e dirigentes da religião. A qual legitimava esse suposto direito ao poder, através do discurso de que Deus havia concedido o poder aos homens. Outra característica do poder político é a sua pulverização: não era absoluto. O processo de fragmentação consequente do feudalismo

trouxe a fragilização dos poderes, sejam políticos ou jurídicos e destarte, por esses quase cinco séculos, pouco se manifestavam poderes fortes e centralizados.

Portanto, tais propriedade analisadas apontam para uma articulação política plural: a fragmentação dos poderes permitiu existência de diversos personagens mais ou menos fortes no cenário político. Essa constituição doméstica, ligada ao religioso, masculina e pulverizada, abriu caminho para que, depois de fortificado e reunificado, não enfraquecesse mais, influenciando diretamente o período histórico posterior.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Néri B. A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política” itinerários de uma construção historiográfica. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 26, n. 43, jun. 2010, p. 49-70.

BARNABÉ, Gabriel R. A teoria do plenitudo potestatis nos séculos XIII e XIV. **Revista Interações - Cultura e Comunidade**. Uberlândia, v. 5, n. 7, jan.-jun./2010, p. 151-161.

BARROS, José A. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v. 7, n. 15, dez. 2009, p. 53-72.

_____. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Revista Mouseion**, n. 12, mai.-ago./2012, p. 129-159.

BIBIANI, Daniela; TÔRRES, Moisés R. A Evolução Política da Alta Idade Média na Europa Ocidental: Da Pluralidade dos Reinos Romano- Germânicos à Unidade Carolíngia. **Revista Brathair**. São Luís, v. 2, n. 1, 2002, p. 3-13.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Tradução Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2014.

COSTA, Marcos R. N.; COSTA, Rafael F. **Mulheres intelectuais na idade média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística**. Porto Alegre: Fi, 2019

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. **Por uma História política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 331-363.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460)**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 1992.

_____. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. Tradução Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: o nascimento do Ocidente**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tania R. **O pensamento medieval**. São Paulo: Ática, 1988.

KAPLISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 137-150.

KRITSCH, Raquel. Fundamentos históricos e teóricos da noção de soberania: a contribuição dos “Papas Juristas” do século XIII. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, jul. – dez./2010, p. 261-279.

_____. Rumo ao estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. **Revista de Sociologia e Política** [online]. Curitiba, n. 23, nov. 2004, p. 103-114.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Tradução José R. Macedo. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: EdiUNICAMP, 1990.

_____. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. Tradução Antonio P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Coleção Universidade hoje.

PIRES, João D. A. Misoginia medieval: a construção da justificação da subserviência feminina a partir de Eva e do pecado original. **Faces da História**, Assis, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016, p. 128-142.

RUST, Leandro D. **A Reforma Papal (1050-1150): trajetórias e críticas de uma história**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. **Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central**. São Paulo: Annablume, 2011.

SIMONI, Karine. De dama da escola de Salerno a figura legendária: Trotula de Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. **Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamento**. 23 a 26 de agosto de 2010.